
A RELAÇÃO ENTRE COMUNICAÇÃO E CIDADANIA DE JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E ESPAÇOS CULTURAIS

Emiliana Pomarico Ribeiro¹
Universidade de São Paulo, ECA, SP

Natália de Campos TAMURA²
Universidade de São Paulo, ECA, SP

Paulo Roberto NASSAR de Oliveira³
Universidade de São Paulo, ECA, SP

RESUMO

O artigo busca discutir o conceito de comunicação cidadã a partir da experiência vivida por pesquisadores de comunicação em contato com jovens e crianças que vivem em uma favela, localizada no centro de São Paulo e os equipamentos culturais localizados próximos à eles. A proposta foi escutá-los sobre o que entendem por equipamentos culturais e como sentem-se ao frequentá-los, tomando por base a experiência de acompanharem um grupo de jovens, moradores da favela, durante 10 visitas à Pinacoteca de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação, cidadania, relações públicas, novas narrativas, micronarrativas.

** Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, sobre orientação do Prof. Dr. Paulo Nassar. É mestre pelo mesmo programa e graduada em Relações Públicas também pela ECA-USP. Integrante do Grupo de Estudos de Novas Narrativas da ECA-USP. E-mail: emi.pomarico@gmail.com

2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, sobre orientação do Prof. Dr. Paulo Nassar. Mestre em Educação, Arte e História da Cultura, pela Universidade Mackenzie. Graduada em Relações Públicas pela Cásper Líbero. Integrante do Grupo de Estudos de Novas Narrativas da ECA-USP. E-mail: nataliadecampos@gmail.com

3 Professor Titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Coordenador do Grupo de Estudos de Novas Narrativas da ECA-USP. E-mail: paulonassar@usp.br

Comunicação cidadã e as de micronarrativas de uma favela

A comunicação cidadã é uma terminologia que entre os anos 1970 e 1990, foi muito utilizada como sinônimo de comunicação alternativa ou comunicação popular, principalmente por conta dos movimentos sociais da época e pelo pensamento comunicacional que tratava de analisá-la como objeto de pesquisa científica (COGO, 2010).

Outras denominações como comunicação participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica e radical, por exemplo, também começaram a aparecer em diversos estudos, dependendo do lugar social, do tipo de prática em questão e da percepção dos estudiosos, mas todos com o mesmo sentido político: uma possibilidade de expressão de segmentos empobrecidos da população, visando suprir suas necessidades para estabelecer a justiça social. (PERUZZO, 2008)

Os estudos e as práticas de comunicação cidadã giram em torno de ideias de democratização dos processos e dos meios de comunicação, visando uma possível transformação social. É um pensamento que desloca as práticas comunicacionais do modelo instrumental para privilegiar as inter-relações e os diálogos para que, de fato, haja uma luta pela cidadania, orientada para uma maior igualdade no acesso e distribuição dos recursos comunicacionais e midiáticos, sendo a comunicação cidadã evidenciada, “quando setores e movimentos sociais organizados buscam inserir suas estratégias mediáticas em projetos político-pedagógicos mais amplos que contribuam para a democratização da vida social em diferentes esferas econômica e sociopolítica” (COGO, 2010, p.87).

Gilberto Gimenez (1979, p. 60) compreende que a comunicação popular “implica a quebra da lógica da dominação e se dá não a partir de cima, mas a partir do povo, compartilhando dentro do possível seus próprios códigos”. Considerando a fala do autor, podemos relacionar que a comunicação cidadã pode ser, portanto, constituída a partir das experiências do jurídico e do institucional, combinadas com a vivência e práticas cotidianas do povo, seja por movimentos e ações de sujeitos individuais ou coletivos (CASTRO, 2005).

Quando falamos de experiências individuais ou coletivas de pequenos grupos em processos de comunicação, relacionamos esses processos ao surgimento de práticas como rádios comunitárias, sites, blogs, páginas e grupos específicos nas redes sociais,

produções de cartazes, ou imprensa alternativa, como exemplos possíveis de espaços midiáticos para a expressão desses atores.

Ao expressarem suas ideias, opiniões, visões, percepções, os atores constroem – a partir de um sentimento construído coletivamente ao seu grupo - um processo dialógico de identificações sobre dificuldades, desafios, prazeres, liberdades, vínculos, desgostos, discordâncias, possíveis resoluções ao que desagrada e incomoda, intercâmbios e negociações de resistência aos mecanismos de exclusão sistêmica na globalização, realizando uma política que está ligada emocionalmente a sua condição de sujeito (SCHERER-WARREN, 2006, p.6).

Sujeito como agente, o que permite, de fato, o desenvolvimento social, uma vez que para Amartya Sen (2010) o desenvolvimento consiste exatamente “na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2010, p. 10). Todo indivíduo precisa ter liberdade: de escolha, de opinião e, conseqüentemente, liberdade de expressão. Só pela liberdade ele pode ser agente de transformação. Uma liberdade que mostre uma cidadania que não se vincule unicamente à satisfação dos direitos que levam à igualdade, mas também àqueles que se reportam à diferença como componentes da democracia (CORTINA).

Ao entendermos o conceito de comunicação cidadã pela expressão de vivências cotidianas, podemos falar do conceito de narrativas da experiência, ou então, em micronarrativas (RIBEIRO, 2014), ou seja, narrações formadas pelos inúmeros pontos de vista, opiniões e experiências de vida, criadas por cada indivíduo, a partir de suas experiências, percepções e sentidos. Na visão de Nassar (2016), as micronarrativas são “narrativas com forte sentido individual, ligadas às subjetividades, à afetividade e à busca interior” (NASSAR, 2016, p. 77).

Micronarrativas estão ligadas à ideia de felicidades e tristezas particulares de cada indivíduo – as suas diferenças - e no entendimento de sua liberdade como caminho para o desenvolvimento, uma vez que “ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento” (SEN, 2010, p.33).

As micronarrativas como componentes da comunicação cidadã podem ser melhor compreendidas quando as posicionamos como possibilitadoras de micro-

políticas de empoderamento dos sujeitos, conforme estudado por Denise Cogo (2010), em que diz que a comunicação cidadã é exatamente:

Uma nova experimentação que tem favorecido a ascensão de micro-políticas de empoderamento dos sujeitos para além do âmbito dos estados-nação, propiciando modos de apropriação e gestão comunicacionais que se caracterizam, de modo crescente, por serem difusos, descentralizados, efêmeros e multidimensionais. (COGO, 2010, p.83)

Falar sobre a relação da comunicação e cidadania, portanto, não é tarefa fácil. Ainda mais complexo é quando os temas compõem a realidade cotidiana de quem vive em uma favela, um local definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como, em geral, assentamentos urbanos informais densamente povoados caracterizados por moradias precárias e miséria. Apesar das favelas diferirem em tamanho e em outras características de país para país ou estado para estado, falta à maioria serviços básicos como saneamento, abastecimento de água potável, eletricidade, policiamento, corpo de bombeiros, além da falta de infraestrutura em geral e de regularização fundiária, entre outros problemas, como a violência que faz parte do seu cotidiano.

Nossa proposta neste artigo é discutir a relação entre comunicação, cidadania e educação vivenciadas em diferentes ocasiões por crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. Acreditamos que nós, como cidadãos e profissionais de Relações Públicas, precisamos ter este comprometimento social e, por isso, podemos, ao invés de não apenas dar a voz para os segmentos empobrecidos da população, reconhecendo-os também como agentes importantes para o desenvolvimento social, podemos auxiliá-los a expressar as suas liberdades individuais, de forma a construir juntos essa comunicação e torná-las públicas, ouvir suas micronarrativas e ajudá-los a serem escutados, abrir para sua participação no diálogo, entender seus próprios códigos de linguagem, e assim, de fato, contribuir para um estabelecimento da justiça social, a partir do entendimento de que:

Existe uma acentuada complementariedade entre a condição de agente individual e as disposições sociais: é importante o reconhecimento simultâneo da centralidade da liberdade individual e da força de influências sociais sobre o grau e o alcance da liberdade individual. Para combater os problemas (de desigualdade) que enfrentamos, temos de considerar a liberdade individual um comprometimento social” (SEN, 2010, p.10).

Entendendo o raciocínio exposto, este trabalho visa analisar as micronarrativas de moradores de uma favela em São Paulo (favela do Moinho), a partir de uma experiência de educação durante visitas de jovens e crianças ao espaço cultural do bairro onde residem - a Pinacoteca de São Paulo. A proposta foi reunirmos olhares de dois pesquisadores que vivenciaram, durante alguns anos, cotidianamente, a dicotomia entre os temas, notando a relação intrínseca entre suas narrativas e seus significados.

O artigo não busca se ater aos estereótipos desgastados e ecoados pela sociedade como a postura de marginalidade de jovens que moram em favelas em ambientes públicos. Entendemos que favelas, antes de mais nada, são espaços na cidade que abrigam grandes problemas sociais. É verdade que sua constituição nasce problemática – um local de moradia de boa parte do que negamos ou queremos não enxergar nas cidades – vulnerabilidades, precariedades, ilegalidades, crueldades, impunidades, marginalidades e instabilidades. Ainda assim, são locais de outras tantas facetas – pluralidades, etnicidades, liberdades, cumplicidades, simplicidades, potencialidades e possibilidades. Historicamente nascem renegadas pelas cidades que as abrigam e são contadas a partir do olhar de quem não mora nelas.

Buscamos, logo, trazer à luz algumas vivências experimentadas e análises estudadas pelos pesquisadores quando estiveram em contato com jovens e crianças, moradoras de favelas, e discutir brevemente alguns significados que suas micronarrativas carregam quando o assunto é a cidadania não vivenciada. Boa parte das análises se deu a partir do uso de técnicas etnográficas de coleta de dados. A ideia não é trazer juízos de valores sobre o modo de vida ou a forma como conduzem seu dia a dia, mas talvez a linguagem deste artigo se aproxime de manifesto por legitimação da cidadania e do respeito por indivíduos em geral invisíveis em nossa sociedade.

A favela do Moinho, em São Paulo

A favela do Moinho é rodeada por grandes prédios residenciais do bairro de Campos Elíseos, pertencendo ao distrito de Santa Cecília, subdistrito da Sé, São Paulo. O terreno particular foi ocupado em 1999, tendo como área, um pouco mais de 30 000 metros quadrados, o equivalente a três campos de futebol. A favela abriga cerca de 500 famílias (ou 2000 moradores) – onde já moraram em torno de 1.200 famílias em 375 imóveis de madeira, conforme os dados da secretaria de Habitação de São Paulo.

O local não tem saneamento básico e é cenário de diversas vulnerabilidades como a disputa entre a especulação imobiliária, as promessas públicas de regularização do terreno – a propriedade é da família Matarazzo onde funcionava a Empresa Moinho Santa Cruz, por isso o nome - e a luta dos moradores em legalizarem suas moradias.

O Moinho Central ou Moinho Fluminense, como era chamado, foi inaugurado na primeira metade do século XX. É oriundo de um período de ouro da atividade fabril paulistana, quando a cidade ainda tinha por toda sua extensão, chaminés fumegantes e um ritmo frenético de operários que faziam mover a indústria nos mais variados ramos e segmentos. Seu período áureo foi entre os anos 1930 e 1955.

Entretanto, seu declínio acompanhou o declínio industrial da capital e logo esta enorme construção foi abandonada. Nos anos 1990 o local foi invadido e tornou-se uma grande favela que não se ocupou apenas dos terrenos laterais da construção, mas também do prédio principal e até dos silos.

Um olhar sobre os espaços culturais fora da favela

A favela do Moinho, por estar localizada no centro da cidade de São Paulo, está próxima de várias estruturas culturais que compõem o cenário do seu centro antigo. Entre elas, a Pinacoteca de São Paulo, o Museu de Língua Portuguesa, o Parque da Luz, a Fundação de Energia e Saneamento, a Sala São Paulo, o Teatro São Pedro e o Sesc Bom Retiro, apenas para citar os mais conhecidos. Ainda assim, a região é reconhecida pelos paulistanos como um local abandonado pela falta de segurança e pelo apoderamento daquele espaço por moradores de rua e usuários de droga, o que faz com que a população evite transitar ali por medo da violência e da vulnerabilidade a que se sente exposta.

E, por mais que se tenha tentado revitalizar esse espaço público, seja por meio de iniciativas públicas de várias instâncias, seja pela privada (impulsionada por empresas da região que investem em qualidade de convivência para seu público interno e moradores da região), ainda não se conseguiu vencer o caráter marginalizado e aparentemente abandonado dessa parte de São Paulo.

Para quem mora na favela, o olhar é diferente. Os espaços do bairro reconhecidamente frequentados pelos moradores da favela nem sempre coincidem com os equipamentos culturais disponíveis. Mães, jovens e crianças citam o Sesc como o único local bom, em que não se tem preconceito com nada. “As crianças podem ficar

brincando lá que eles não falam nada”, conta M, 29 anos. Para as crianças, “o Sesc é muito legal porque tem três piscinas, quadra e um monte de brinquedo”.

Parque do Ibirapuera, Museu de Energia, Catavento, 25 de março, supermercado Pão de Açúcar e Shopping Higienópolis foram os locais citados por alguns moradores da favela como sendo locais onde às vezes dá para se dar um rolê. Os amigos K, Ja e I até fizeram amizade com o segurança do shopping citado para poderem andar por lá sem ficarem indo atrás deles. Só que há alguns meses o chefe de segurança mudou e agora, segundo os meninos, “tá difícil andar por lá.”.

F, 35 anos, não conhece o que seria um espaço cultural. “Museu? Não sei. Tem um na Júlio Prestes. Tem coisa antiga ali. Minha foto ficou exposta lá bastante dias. Mas só fiquei sabendo depois. Não curto muito estas coisas, sabe...”.

B, 18 anos, frequentava bastante o Museu de Energia, só que tinha sempre as mesmas coisas, então ela deixou de ir há algum tempo.

A, 16 anos, diz até conhecer alguns espaços culturais no bairro, mas não gosta de ir porque “dá um desânimo. Ver negócio antigo é coisa chata. Eles ficam explicando meia hora e eu não tô nem ligando pra eles. Eu não gosto do que eles falam. É muito chato. Já fui em vários.”. O Museu de Energia é o mais chato em sua opinião. O Catavento é bacana porque ele gosta de ciências. Já com relação à Pinacoteca, ele passa em frente todo dia, mas acha que nunca entrou. Para ele, “o Sesc, sim, é legal porque tem piscina e internet e ninguém te toca de lá”.

Uma experiência na Pinacoteca de São Paulo

Ao final do ano de 2014 e começo de 2015, a equipe educativa da Pinacoteca de São Paulo convidou crianças moradoras da favela do Moinho para participar de dez visitas monitoradas pelos acervos do museu. A cada visita, apoiados por uma empresa da região central de São Paulo, a proposta era visitarem uma galeria específica explorando-a com base no que as crianças tinham como repertório inicialmente.

Antes de adentrarem a galeria de natureza morta, por exemplo, as crianças participavam de um piquenique com frutas de cera, onde se conversava sobre o formato, a cor e o possível sabor de cada fruta, legume e verdura. Somente depois desse diálogo dirigimo-nos à galeria para conferir cada pintura ali exposta sobre o tema anteriormente abordado com elas.

Utilizando tal dinâmica, ao longo do ano, visitamos a galeria audiovisual, navegamos por águas desconhecidas na galeria de arte moderna da Pinacoteca como marinheiros em alto-mar (munidos de chapéus de marinheiros de papel e barcos gigantes de cartolinas), apreciamos obras abstratas, obras monumentais que ajudam na sustentação do edifício da Pinacoteca e até as obras para deficientes visuais, como a escultura do afogamento de Moema e sua morte precoce em alto-mar em busca do amado português que partiu de navio rumo à sua terra natal. Quando questionados sobre o que seria este museu, Jo, 9 anos, afirmou com convicção que o local era apenas uma biblioteca de esculturas.

Mas, entre todas as visitas, uma obra especificamente chamou atenção das crianças: a fonte das quatro nanás, da artista francesa Niki de Saint Phalle, produzida entre 1974 e 1991. A obra chama a atenção pelas águas que jorram dos seios das meninas interligadas da cintura para baixo. De fácil visualização por conta da sua localização no térreo da Pinacoteca, a escultura era admirada por seus formatos exuberantes e expressivos. Conforme narrado pelas crianças, “quem fez isso?”, “por que sai água das tetas?”, “elas são juntas ou separadas?”, “uma é até negra, né?!”, “pode encostar?”, “nunca acaba a água?”, “será que elas conversam?”, “elas parecem felizes sempre.”, “uma tá com as mãos para cima e as outras para o lado...”, “acho que estão dançando”.

Depois de nove visitas pela Pinacoteca, a décima vez foi com um grupo de voluntários convidados que se dispuseram a passar uma manhã no museu conhecendo-o por meio do olhar das crianças. A proposta foi cada criança tornar-se um guia do local, levando o grupo de adultos para as obras de que mais haviam gostado ao longo do ano. Por isso, ganharam até um crachá com foto e identificação. “Nossa, a gente é importante agora...”, afirmou Y, 10 anos.

As visitas não foram uma experiência bem-sucedida à primeira vista. Conforme Tamura (2016, p.103), assim como é preciso um tempo para entender nossa relação com a arte, da mesma forma as crianças precisaram de algumas visitas para se ambientarem no local e sentirem-se familiarizadas, desconstruindo a ideia de hostilidade que tinham consigo, com os educadores e funcionários do local e com os visitantes que estavam no museu nos dias das visitas que fizemos.

Por várias vezes ouvimos elas comentarem conosco, principalmente nas primeiras visitas ao museu, “seremos expulsos”, “ninguém vai deixar a gente entrar”,

“vão olhar torto pra gente”. E são afirmações como estas que nos alertam sobre o quanto ainda precisamos fazer e falar sobre cidadania no Brasil, ainda mais se tratando de espaço cultural e coletivo na maior metrópole do país. De fato, não é qualquer cidadão que pode provar de uma cidadania estabelecida. É necessário, pelo que notamos ao conversar com as crianças, que estejamos dentro de um aspecto mínimo de normalidade (postura corporal, roupas adequadas, gestos contidos, tom de voz equilibrado e até cor da pele branqueada, atentando ao que se espera de um público “padrão” frequentador espaços coletivos como museus e shoppings, em São Paulo) para termos direito a desfrutar de um espaço como um museu sem que tenhamos preocupação se seremos expulsos pelo esteriótipo que carregamos.

As crianças do Moinho, comentaram sobre os diversos passeios que já tentaram fazer em shoppings centers de São Paulo. E a resposta costuma ser muito parecida entre eles. Se já conhecem os guardas do shopping, fica mais fácil. Até conseguem “dar um role, na moral”, como dizem. Mas, ainda assim, não podem demorar muito. Sabem que em pouco tempo serão convidados a sair do espaço para não “causarem confusão”, como dizem os seguranças, com os demais seguranças. Caso não conheçam os seguranças, “o role” costuma durar apenas uns 15 minutos antes de vários deles os cercarem e os acompanharem até a saída do shopping. Neste sentido, a nossa angústia é: que tipo de cidadania acreditamos termos estabelecida nos espaços públicos e a quem ela serve? Pergunta para a qual não temos resposta até então.

Depois de dois anos da visita a Pinacoteca, retomamos o contato com algumas crianças que participaram da experiência no museu para ouvir o que lembravam dela. Comentaram sobre uma sala de livros, um monte de esculturas e do “monte de mulher saindo água dos seios delas.”. Só que para J, 11 anos, as Nanás eram cinzas, não coloridas. Lembram-se do quadro de frutas. “Ah, tinha um monte de frutas por lá.”. Lembram-se da ponte para pegar o elevador. Mas se fossem à Pinacoteca agora, queriam mesmo era o lanche que eles davam. E quanto ao fato de como se sentiram? Normal. Não se lembram muito bem.

Suas memórias sobre o espaço cultural em questão demonstram como apreendem o mundo e se comunicam com ele, ora confusamente, ora criativamente. Para os educadores da Pinacoteca, as visitas abriram, de certa forma, as portas do mundo interior das crianças, criando pontes para novos olhares. Para as crianças, pode

não ter sido tão sensorial assim, até porque em dois anos não voltaram mais ao espaço cultural. Ele não faz parte do seu dia a dia.

A professora Eliane, educadora social que acompanha boa parte da rotina das crianças do Moinho, os museus e espaços públicos culturais da região, ainda não conseguiu trazê-los para apropriação e utilização desses ambientes. Para ela, o fato de vermos a favela como segregada da sociedade impede de os ouvirmos. E os jovens e as crianças da favela não precisam de mais nada a não ser serem ouvidos. “Temos que fazer valer mais o que eles já são.”, ela diz. A educadora, que participou do Pisque – Programa de Inclusão Sociocultural da Pinacoteca, entende a abertura e esforço do espaço para atender públicos como os da favela, mas tem claro que ainda não conquistaram o coração de quem vem de lá.

A resposta para esse desafio, talvez, não resida na exatidão de um programa bem estruturado pelos espaços culturais da região, mas na instabilidade de um aprendizado contínuo e afetuoso, capaz de ouvir e aceitar a visão de mundo que esses jovens e crianças trazem consigo.



Visita à Pinacoteca com as crianças do Moinho, foto de Mauro Cicarelli, utilizada na dissertação de mestrado de TAMURA (2016)



Visita à Pinacoteca com as crianças do Moinho, foto de Mauro Cicarelli, utilizada na dissertação de mestrado de TAMURA (2016)



Visita à Pinacoteca com as crianças do Moinho, foto de Mauro Cicarelli, utilizada na dissertação de mestrado de TAMURA (2016)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou, ao ouvir jovens e crianças, moradoras de uma favela no centro de São Paulo, compreender a comunicação que transmitem ao mundo a partir do seu olhar e das suas micronarrativas. Se a comunicação cidadã tem a ver com os estudos e as práticas de comunicação em torno de ideias de democratização dos processos e dos meios de comunicação, visando uma possível transformação social, entendemos que, se faz necessário levar em conta mais do que apenas novas mídias e disposições tecnológicas acessíveis. Falamos, portanto, de uma comunicação que permita a

expressão de micronarrativas e o espaço para transformá-las em outras e talvez novas narrativas, para além daquilo que temos estabelecido como reconhecível.

Se, conforme citado por Amartya Sen (2010) somente quando provamos das liberdades de escolha, de opinião e de expressão nos aproximamos da possibilidade de nos tornarmos agentes de transformação, cabe a comunicação cidadã prezar o espaço das mais diferentes narrativas de expressão, incluindo os mais inúmeros pontos de vista, opiniões e experiências de vida.

Equipamentos públicos, como o próprio nome sugere, devem estar à disposição do coletivo, da reflexão conjunta, da vivência construída. Quando impedimos ou constrangemos alguém “fora do perfil” de frequentá-los, limitamos drasticamente a cidadania deste espaço, esvaziando qualquer possibilidade de transformação, seja intelectual, social ou artística. Mas, mais do que apenas permitir o acesso, cabe aos equipamentos públicos, como museus e espaços que narram a arte, a capacidade acolhedora de promover a inter-relação das diferentes narrativas e o diálogo entre elas.

Conforme vimos no nosso estudo, crianças e jovens, mesmo os de favelas, não ganham intimidade com um museu apenas adentrando-o. Trata-se de uma relação construída a cada visita, a cada galeria, a cada acesso e experiência vivida cuidadosamente. Trata-se de uma narrativa construída a partir de detalhes, de afetividade e emoções intercaladas com informações sobre as obras e liberdade de vivenciá-las, cada um a seu modo.

E é nesse sentido que a comunicação cidadã pode ser entendida também como um espaço narrativo de conexão e de diálogo, podendo fazer-se acontecer em diferentes formatos, como ponte conectora de realidades e vozes, por vezes, esquecidas, ignoradas ou emudecidas. Estes pesquisadores, logo, entendem a comunicação cidadã, de certa forma, como potencializadora de micronarrativas e, por vezes, articuladora de novas e transformadoras narrativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Mary García. Estranhamentos e identidades. Direitos humanos, cidadania e o sujeito migrante – representações em textos diversos. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Belo Horizonte. v. 22, n. 1, p. 5-28, jan.-jun. 2005. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-28-encontro/st-5/st17-5/4032-mcastro-estranhamentos/file>. Acesso em: 28 de junho de 2018.

COGO, Denise. A comunicação cidadã sob o enfoque do transnacional. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v. 33, nº 1, jan.-abr. 2010. Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/148/141> Acesso: 5 de jul. de 2018.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Loyola, 2005.

COSTA, Maria Cristina. **Ficção, Comunicação e Mídias**. São Paulo: Editora Senac, 2002.

GIMENEZ, Gilberto. Notas para uma teoria da comunicação popular. **Cadernos CEAS**. Salvador: CEAS, n. 61, pp. 57-61, maio-jun.1979.

NASSAR, Paulo. Novas narrativas e memória: olhares epistemológicos. In: KUNSCH, Margarida (Org.). **Comunicação Organizacional estratégica – aportes conceituais e aplicados**. São Paulo: Summus, 2016, p.77-100.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisados. **Revista Palavra Clave de la Universidad de La Sabana**. 2008. Disponível em: <http://palabraclave.unisabana.edu.co/index.php/palabraclave/article/view/1503/1744>. Acesso em: 6 de jul. de 2018.

PHALLE, Niki de Saint. Catálogo da Mostra de Esculturas de Niki de Saint Phalle. Imprensa Oficial de SP. 1997.

RIBEIRO, Emiliana Pomarico. **Micronarrativas como estratégia de Comunicação Interna**. 2014. 189 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Site Pinacoteca do Estado de São Paulo. Acesso em 06 de 04 de 2015, disponível em <http://www.pinacoteca.org.br/pinacoteca-pt/>

TAMURA, Natália C. A favela do Moinho de dentro para fora - relatos e percepções de seus moradores sobre suas vidas. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.